

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



**RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES RELACIONADAS AOS
CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO
E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

2º Semestre de 2015

SUMÁRIO

1) Resumo Executivo

2) Contexto Operacional

Gestão do Contrato do Prospecto de Libra

Acordos de Individualização da Produção

Comercialização de Petróleo e Gás Natural

3) Implantação da Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

Organização Interna

Governança Corporativa

Contrato de Remuneração

Participação Externa

Informações Econômico-financeiras

Resumo Executivo

As informações sobre as atividades presentes neste relatório são relativas ao Segundo Semestre de 2015.

Diretamente associada ao regime de partilha de produção, representando a União e verificando o cumprimento do conteúdo nacional no desenvolvimento das jazidas do pré-sal, cabe à Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, liderar a governança dos consórcios e auditar, monitorar e aprovar os gastos com custeio e investimento, passíveis de recuperação pelos contratados em quantidade de óleo produzido.

Destaca-se também sua função de acompanhar e aprovar a execução dos projetos nas fases de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. A PPSA também é responsável pela comercialização do petróleo e gás natural do pré-sal destinado à União, garantindo recursos para o Fundo Social.

Ao longo do segundo semestre de 2015, a PPSA trabalhou intensamente na execução de suas atribuições.

Em Libra, as atividades se intensificaram, tendo sido realizados 42 votações de propostas no Comitê Operacional e analisados 7.218 lançamentos contábeis de gastos para reconhecimento do custo em óleo apenas na segunda metade do ano.

Além de gerir o contrato de partilha da área de Libra, a PPSA tem representado a União em doze procedimentos de individualização da produção – “entre AIP’s e Pré-AIP’s”. Quatro procedimentos tiveram suas negociações concluídas, três estão em negociação, quatro deles estão no entorno de áreas exploratórias (Pré-AIP’s) e, finalmente, em um deles foi descartada a extensão da jazida. Outras sete áreas deverão ser analisadas tecnicamente pela PPSA sobre possíveis extensões de acumulações para áreas não contratadas, o que representa um potencial de 19 acordos ou pré-acordos de individualização sob negociações e eventual gestão da PPSA.

Os recursos com os quais a PPSA conta para a consecução de suas atividades são basicamente originados da gestão e representação mencionadas, regulados por Contrato de Remuneração firmado entre o Ministério de Minas e Energia –MME, e a PPSA em 30 de novembro de 2015.

Por decisão específica do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, a PPSA poderá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na área.

A figura seguinte apresenta um mapa do polígono do pré-sal com a delimitação do Prospecto de Libra (em lilás), dos blocos dos Excedentes da Cessão Onerosa (ECO's, em vermelho) e dos blocos ou campos que se estendem para áreas da União, objeto de individualização da produção (em laranja).



Especificamente, a PPSA tem atuado nos seguintes contratos:

- Contratos de Partilha:
 - Libra;
- Acordos de Individualização da Produção:
 - 4 acordos assinados (Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça/Campo de Tartaruga Verde, Jazida Compartilhada de Lula/Sul de Lula/Campos de Lula e Sul da Lula e Jazida Compartilhada de Massa/Campo de Argonauta e Campo de Sapinhoá),
 - 3 acordos em andamento (Caxaréu, Pirambu e Sul de Sapinhoá);
 - 4 pré-acordos de individualização em andamento (Libra, Gato do Mato, Carcará e Epitonium),

- 1 negociação finalizada com a conclusão sobre a não extensão da jazida para áreas não contratadas (Carapeba),
- 7 potenciais casos adicionais a serem avaliados pela PPSA, e início de negociação dependente de solicitação pela ANP.

A PPSA encerrou o ano de 2015 com o seu efetivo composto pelos 30 cargos de livre provimento que compõem a sua lotação, estando em andamento as providências preliminares à realização do seu primeiro processo seletivo público, esperado para o primeiro semestre de 2017.

Ao final do segundo semestre, o lucro líquido registrado pela PPSA em suas operações era de R\$ 11 milhões, que corresponde a uma margem de 24 % da receita operacional líquida, caracterizando uma adequada gestão dos seus custos operacionais. Os lucros serão destinados à compensação de prejuízos acumulados no biênio 2013/2014.

Contexto Operacional

Gestão do Contrato de Libra

O contrato tem a duração de 35 anos, cobrindo uma área de concessão de, aproximadamente, 1.547 quilômetros quadrados, extensão territorial superior à maior parte das capitais brasileiras.

A expectativa da ANP compreende volumes recuperáveis entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo equivalente.

Os percentuais de conteúdo local aplicados às fases do projeto são de 37% para a fase de exploração, e 55% e 59%, respectivamente, para as fases de desenvolvimento até e após 2021.

1. Aprovação das revisões do Plano de Trabalho e Orçamento para 2015, bem como o Plano de Trabalho e Orçamento de 2016,
2. Manutenção da estratégia de produção antecipada, com a paulatina implantação de um sistema integrado de gestão pelos consorciados,
3. Atualização do Plano de Negócios de Libra, pela Petrobras, contendo as estratégias de exploração e desenvolvimento e uma avaliação do potencial e dos riscos da área,
4. Atendimento tempestivo de todos os compromissos da operadora com a ANP,
5. Negociação entre os consorciados e apresentação à ANP do Plano de Avaliação da Descoberta do Poço 2-ANP-2A (PAD), para a área noroeste de Libra, incluindo a possível extensão da jazida para áreas não contratadas,
6. Negociação entre os consorciados de um Pré-Acordo de Individualização da Produção de Libra, considerando que as interpretações atuais indicam uma possível extensão da jazida de Libra para áreas não contratadas ao norte e ao sul da área noroeste de Libra,
7. Continuidade das atividades do Comitê Operacional, do Comitê Estratégico de Conteúdo Local, e dos subcomitês Técnico, Financeiro, de Escoamento do Óleo Produzido, de Conteúdo Local, de Alternativas de Uso do Gás Natural, de SMS (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e de Desenvolvimento Tecnológico. Cada um destes comitês é composto por representantes de todos os Consorciados de Libra, incluindo a participação ativa da PPSA,
8. Discussão de alterações no Regimento Interno do Comitê Operacional de forma a permitir a aprovação de despesas relativas a Serviços Especiais do Operador,
9. Realização de 42 registros de votos para aprovação de propostas no Comitê Operacional e análise de 7.218 lançamentos contábeis de gastos para reconhecimento do custo em óleo,
10. Revisão de algumas premissas do planejamento de CL para a fase de Exploração, Teste de Longa Duração/Sistema Antecipado de Produção (TLD/SPA) e o Sistema Piloto de Produção,
11. Estabelecimento de diretrizes para monitoramento e auditoria do cumprimento das metas de conteúdo local, incluindo diversas discussões

e estudos visando o refinamento das informações apresentadas para o cálculo de conteúdo local,

12. Monitoramento do cumprimento dos compromissos de conteúdo local (CL) baseado em informações trimestrais fornecidas pelo operador (PETROBRAS), por meio de Relatório de Investimentos Trimestrais (RIT) e da base de dados que lhe dá origem,

13. Diante de algumas dúvidas de interpretação da regulação e, em face do impacto que os temas teriam sobre o resultado do conteúdo local, foram realizadas diversas reuniões com a ANP para esclarecimento de temas tais como a Exoneração e Ajuste no Conteúdo Local comprometido; a metodologia para o cálculo dos excedentes de conteúdo local; o dispêndio na etapa de desenvolvimento da produção, para o tratamento a ser dado aos sistemas antecipados de produção.

A figura seguinte ilustra os principais eventos e atos de gestão em que a PPSA participou como gestora do Projeto Libra:

2015

JUL

- Aprovados 10 Registros de Votos sobre revisão orçamentária, contratação de bens e serviços para poços, sistemas submarinos e processamento sísmico;
- Reunião com dirigentes do Banco ABN/ANRO sobre estruturação de um plano de financiamento do desenvolvimento de Libra;
- Reunião com Conselheiros da PPSA sobre políticas de CL para Libra.

AGO

- Realizado OPCOM#12 (Comitê Operacional);
- Aprovados 08 Registros de Votos contratação de softwares, sísmica 3D, bens e serviços para poços e sistemas submarinos e início de contratação do FPSO do Projeto Piloto;
- Reunião com a ANP sobre a Resolução 39 e a visão da Agência sobre os problemas de hoje no mercado.

SET

- Aprovados 08 Registros de Votos sobre aprovação do PAD da área noroeste, contratação de bens e serviços para poços e sistemas submarinos, análises laboratoriais e início de contratação da sísmica 3D com OBN;
- Realizado workshop para discussão do Plano Diretor de Logística de Libra.

OUT

- Aprovados 08 Registros de Votos sobre revisão do orçamento 2015, aprovação do plano de trabalho e orçamento de 2016, ajuste na lista de "bidders" do FPSO do Piloto, aprovação da locação NW4 e plano de treinamento do JPT;
- Realização de workshop com os consorciados para discutir a visão futura do desenvolvimento de Libra (*Full Field Optimization*).

NOV

- Aprovados 03 Registros de Votos sobre a realização de testes no poço 3-RJS-739A e divisão do Subcomitê Técnico em dois: Exploração e Desenvolvimento;
- Viagem à Ásia do Diretor-Presidente e do Gerente Executivo de Libra à Ásia, para avaliação do andamento das obras do FPSO para o TLD de Libra;
- Realização do OPCOM#13 em Beijing (China).

DEZ

- Realizado OPCOM#14: Plano Diretor de Logística, situação dos principais processos de contratação e informações sobre o mercado de sondas;
- Aprovados 02 Registros de Votos sobre contratação de bens e serviços de poços e sistemas submarinos;
- Discussão com a Petrobras sobre estratégia de contratação de bens e serviços para operações do TLD de Libra previsto a iniciar no 1Q de 2017;
- Discussão com a Petrobras da estratégia de exploração dos compartimentos Central e SE de Libra.

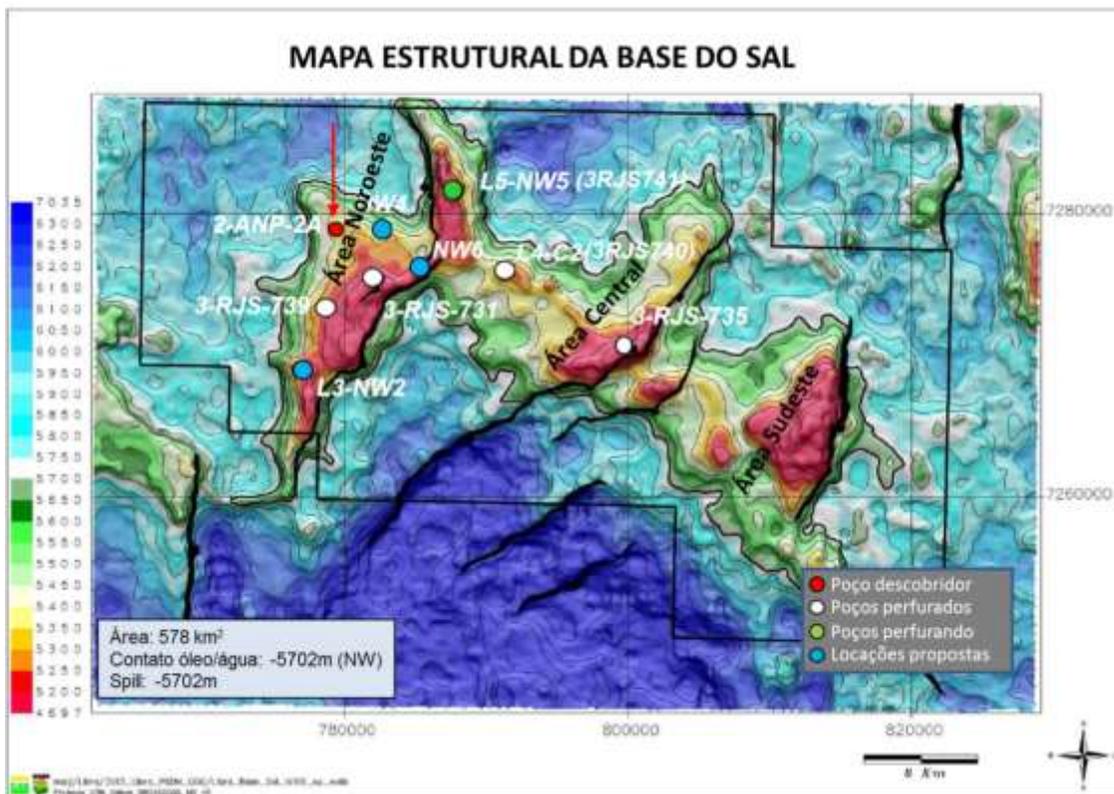


Figura: Status de poços e perfurações de Libra ao final do segundo semestre de 2015

1. Concluída no segundo semestre de 2015 a perfuração dos seguintes poços:
 1. 3-RJS-740, no compartimento central de Libra, confirmado como portador de hidrocarbonetos em facies carbonáticas de baixas permo-porosidades,
 2. 3-RJS-739A, localizado na porção centro-sul do compartimento noroeste de Libra, revelando uma coluna de óleo de aproximadamente 199 metros,
2. Iniciada a perfuração do poço 3-RJS-741, em setembro de 2015, na porção mais setentrional do compartimento Noroeste da estrutura de Libra,
3. Encaminhado à ANP, em setembro de 2015, o Plano de Avaliação da Descoberta do Poço 2-ANP-2A, já incluindo a possível extensão da jazida de Libra para áreas não contratadas à norte e a sul do compartimento noroeste de Libra (NW),

4. O Pré-AIP do Plano de Avaliação da Descoberta (PAD) do Poço 2-ANP-2A-RJS foi praticamente finalizado em dezembro/15. Trata-se do primeiro Pré-acordo de individualização da produção diretamente relacionado ao primeiro contrato de partilha da produção do país. Representa desafios para todas as partes envolvidas, principalmente considerando o duplo papel da PPSA, como gestora do contrato de partilha de Libra e, simultaneamente, representando a União na avaliação sobre a eventualidade da continuidade da acumulação para áreas não contratadas no polígono do pré-sal.

Plano de Trabalho e Orçamento

O Plano de Trabalho e Orçamento para o ano de 2015 foi aprovado em outubro de 2014 e, devido às incertezas existentes, passou por cinco revisões ao longo de 2015, sendo três delas no segundo semestre.

Reconhecimento de Custos

A PPSA atua diretamente em todas as fases do planejamento físico e financeiro dos projetos com base no Plano de Trabalho e Orçamento Anual, que, geralmente é aprovado no mês de outubro do ano anterior. No decorrer do ano as decisões do Comitê Operacional são aprovadas através do Registro de Votos (Ballots) e, no dia 25 de cada mês, o operador remete à PPSA a lista de gastos referente ao mês anterior para análise. Em função desta análise, os gastos são classificados em: (1) aprovados; (2) pendentes ou (3) não aprovados.

Durante o segundo semestre de 2015 foram analisados 7.218 lançamentos contábeis representando um gasto da ordem de R\$ 951 milhões, tendo sido reconhecido o valor de R\$ 284 milhões. Gastos ainda não reconhecidos são passíveis de reconhecimento, dependendo de esclarecimentos adicionais do operador e consequentes reanálises por parte da PPSA.

A PPSA tem agido tempestivamente na crítica e análise dos lançamentos contábeis e informações encaminhadas pela Petrobras para o contrato de Libra. Todavia, a expansão do volume de informações, advindo da evolução do contrato, demanda

um crescimento da equipe de trabalho e o apoio de um sistema automatizado, previsto no Sistema de Gastos de Partilha da Produção (SGPP).

A PPSA utiliza um sistema ainda provisório para a análise de consistência dos lançamentos contábeis como parte do processo de reconhecimento de custos em óleo, o qual tem se mostrado bastante útil para a concepção do futuro SGPP. A PPSA vem atuando junto ao operador no sentido de promover contínuos ajustes na formatação e no conteúdo das informações, obedecendo à filosofia de que o reconhecimento de custos é uma consequência natural dos atos de gestão, aprovados no Comitê Operacional, e da participação direta da PPSA nos diversos sub-comitês de Libra, incluindo as autorizações de dispêndios do projeto.

Conteúdo Local

A PPSA realiza o monitoramento do cumprimento dos compromissos de conteúdo local (CL) baseado em informações trimestrais fornecidas pelo operador (PETROBRAS), por meio de Relatório de Investimentos Trimestrais (RIT) e da base de dados que lhe dá origem.

Durante o ano de 2015 a atividade de conteúdo local esteve concentrada na revisão do planejamento de CL para a fase de Exploração, Teste de Longa Duração/Sistema Antecipado de Produção (TLD/SPA) e o Sistema Piloto de Produção. Algumas premissas inicialmente adotadas foram revisadas em função de análise no Comitê Operacional de Conteúdo Local - COCL e no Comitê Estratégico de Conteúdo Local-CECL.

Diante de algumas dúvidas de interpretação da regulação e, em face do impacto que os temas teriam sobre o resultado do conteúdo local, foram realizadas diversas reuniões com a ANP para esclarecimento de temas tais como a Exoneração e Ajuste no Conteúdo Local comprometido; a metodologia para o cálculo dos excedentes de conteúdo local, o dispêndio na etapa de desenvolvimento da produção para o tratamento a ser dado aos sistemas antecipados de produção.

No que tange ao monitoramento dos resultados de conteúdo local, foram realizados diversos estudos e reuniões visando o refinamento das informações apresentadas para o cálculo de conteúdo local. Houve várias reuniões e discussões com a ANP, para esclarecimentos de dúvidas, e também na elaboração de uma nova Resolução sobre o CL, de forma a ter uma regulamentação mais clara e ajustada à atual realidade da indústria do petróleo no país.

Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

O segundo semestre de 2015 foi particularmente intenso nas atividades de negociação dos Acordos de Individualização da Produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção, dentro do polígono do pré-sal, com destaque para:

1. *Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça (Campo de Tartaruga Verde)*

Bacia de Campos, operadora Petrobras:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 12/06/2014,
- b. Acordo de Individualização da Produção (AIP) assinado em 31 de outubro de 2014 e submetido à aprovação da ANP em 03 de novembro de 2014,
- c. No primeiro semestre, ANP aprovou o sistema de produção antecipada (SPA) em um poço da jazida compartilhada,
- d. A ANP também aprovou em fevereiro de 2015 a perfuração de um poço de produção na área não contratada, ou seja, na porção da União da futura jazida individualizada,
- e. O Sistema antecipado de Produção da Jazida Compartilhada teve início no dia 10 de novembro de 2015, com uma produção média de 13 mil barris de óleo por dia,
- f. Foram iniciadas as discussões sobre os documentos acessórios ao AIP, incluindo o Contrato de Consórcio, o Acordo de Operação Conjunta da Área individualizada, e o Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV).

2. Jazida Compartilhada de Lula/Sul de Lula (Campos de Lula e Sul de Lula)

Bacia de Santos, operadora Petrobras:

- a. Lula é o principal produtor de petróleo e gás natural dos reservatórios do pré-sal, com média diária de produção de petróleo e gás natural no mês de dezembro de 2015 de, respectivamente, 442 mil barris/dia e 20,6 MM m³,
- b. As negociações deste AIP se iniciaram em julho de 2014 e as bases do mesmo foram aprovadas pela Diretoria Executiva da PPSA em 15 de julho de 2015 e pelo Conselho de Administração em 23 de julho de 2015,
- c. O AIP foi submetido à ANP em 25/08/2015.

3. Campo de Sapinhoá

Bacia de Santos, operadora Petrobras:

- a. O Campo de Sapinhoá é um importante produtor de petróleo e gás natural. No mês de dezembro de 2015, a produção média diária de petróleo e gás natural foi, respectivamente, de 172 mil bbl e 5,9 MM m³. Esses números fizeram de Sapinhoá naquele mês o 5º mais importante campo produtor de petróleo e 6º produtor de gás natural do Brasil,
- b. A definição dos termos do AIP de Sapinhoá, iniciado em setembro de 2014, envolveu mais de um ano de negociação entre as partes, motivada pelas características distintas e complexas dos reservatórios em diferentes áreas da jazida compartilhada, dificultando o estabelecimento de critérios para a estimativa de participações e volumes das partes envolvidas. Acrescente-se ainda a existência de uma área não contratada adjacente ao campo, ainda não avaliada, porém de elevado potencial,
- c. As negociações deste AIP se iniciaram em setembro de 2014 e as bases do acordo foram aprovadas pela Diretoria Executiva da PPSA em 16 de dezembro de 2015 e pelo Conselho de Administração em 25 de janeiro de 2016,
- d. O AIP foi submetido à ANP em 31/01/16.

4. *Jazida Compartilhada de Massa (Campo de Argonauta)*

Bacia de Campos, operador Shell:

- a. Essa jazida faz parte de um conjunto de acumulações denominado Parque das Conchas, que é operado pela Shell (50%), no Consórcio BC-10, e tem como sócias a ONGC (27%) e a QPI (23%),
- b. As negociações deste AIP se iniciaram em dezembro de 2014 e as bases do mesmo foram aprovadas pela Diretoria Executiva da PPSA em 15/10/2015 e pelo Conselho de Administração em 22/10/2015,
- c. O AIP foi submetido à ANP em 16/11/2015,
- d. O operador tem a intenção de iniciar a produção no primeiro trimestre de 2016.

5. *Campo de Carapeba*

Bacia de Campos, operador Petrobras:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 24/02/2015,
- b. A análise técnica realizada pela PPSA concluiu que não havia base para a celebração de um AIP no Campo de Carapeba. Esse fato foi comunicado à ANP ao final de agosto de 2015, encerrando, assim, este processo.

6. *Pré-AIP do PAD do Poço 2-ANP-2A-RJS - LIBRA*

Bacia de Santos, operador Petrobras em regime de partilha:

- a. Em 23/10/2014, o operador notificou à ANP da possível extensão da jazida para fora dos limites do bloco contratado pelo Contrato de Partilha de Produção de Libra,
- b. A estratégia exploratória de Libra envolve múltiplas Declarações de Comercialidade:
 - i. Início do PAD do Poço 2-ANP-2A-RJS - 21 de setembro de 2015
 - ii. Previsão de assinatura em meados de 2016.

7. *Pré-AIP da descoberta do Prospecto Gato do Mato*

Bacia de Santos, operador Shell:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 21/03/2014,
- b. O contrato dessa área (BM-S-52) encontra-se suspenso por solicitação do operador.

8. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Epitonium

Bacia de Santos, operador Shell:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 10/12/2014,
- b. O contrato dessa área (BM-S-52) encontra-se suspenso por solicitação do operador.

9. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Carcará

Bacia de Santos, operador Petrobras:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 11/09/2014,
- b. Trata-se de área grande relevância na Bacia de Santos, que pode se tornar um grande polo produtor nos próximos anos,
- c. A PPSA acompanha de perto as atividades ali realizadas e iniciou entendimentos com a Petrobras para a efetivação de um pré-acordo de individualização da produção.

10. Campo de Caxaréu

Bacia de Campos, operador Petrobras:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 21/07/2015,
- b. Ocorreram reuniões mensais com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios.

11. Campo de Pirambu

Bacia de Campos, operador Petrobras:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 20/08/2015,
- b. Ocorreram reuniões mensais com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios.

12. Campo de Sul de Sapinhoá

Bacia de Santos, operador Petrobras:

- a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 09/07/2015,
- b. Ocorreram reuniões com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios.

Além dos acordos acima listados, estão previstas futuras atividades de avaliação por parte da PPSA de jazidas e/ou descobertas sob regime de concessão que

potencialmente se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas dentro do polígono do pré-sal, com destaque para os campos de Baleia Azul, Atapu, Sururu, Berbigão, Búzios, Sépia juntamente com o prospecto de Júpiter, e os prospectos dos blocos BM-S-24, BM-C-34 e BM-C-32 (Itaipu, entorno de Jubarte).

Comercialização de Petróleo e Gás natural

Até o final de 2015, não havia petróleo e gás natural da União sendo comercializados através da PPSA, tanto no contrato de partilha de Libra, quanto nos acordos de individualização já assinados, porém ainda não efetivados.

A primeira produção de Libra deverá ocorrer ao final do primeiro trimestre de 2017, advindo do primeiro teste de longa duração programado.

Já com relação aos acordos de individualização da produção, a PPSA passará a comercializar o petróleo e gás natural da União somente após a data efetiva de cada um dos acordos, uma vez ajustados os saldos devedores ou credores advindos das equalizações de gastos e volumes produzidos antes da data efetiva.

A comercialização de petróleo e gás natural da União depende do estabelecimento de uma política de comercialização a ser definida pelo CNPE. Em suporte à definição desta política, a PPSA colabora com o grupo de trabalho estabelecido pelo MME para delineamento de proposta de diretrizes para comercialização.

Em paralelo, a PPSA vem trabalhando no planejamento e definição do arcabouço técnico, jurídico e tributário para a gestão da comercialização de petróleo e gás da União, em articulação com o MME. Este trabalho também vem subsidiando o estabelecimento da proposta de diretrizes para a política de comercialização.

Finalmente, visando o exercício de sua função de gestor dos contratos de comercialização, a PPSA vem conduzindo um processo para definição das condições operacionais e contratuais que regularão o relacionamento com os agentes comercializadores.

Implantação da Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

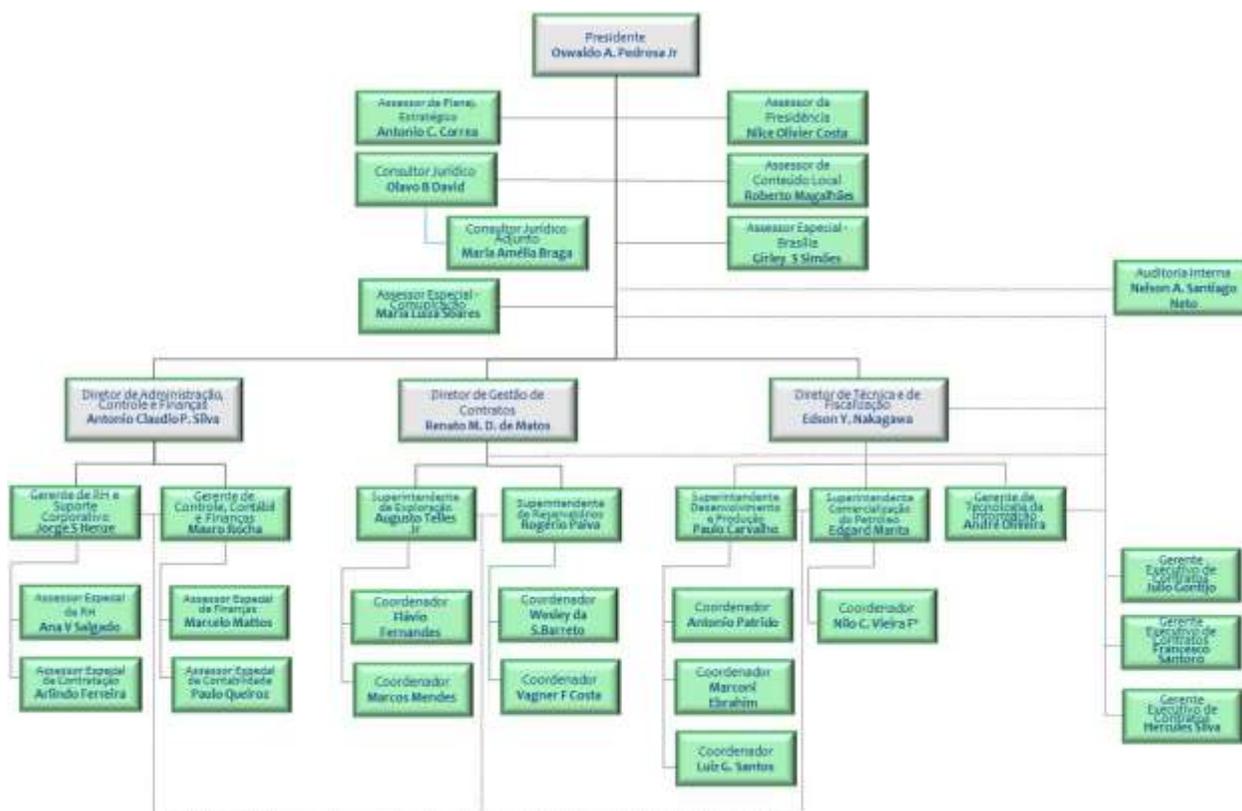
Organização interna

A estrutura organizacional aprovada para a PPSA é enxuta, por excelência, e combina a clássica estrutura funcional vertical com a estrutura horizontal por projetos, buscando o melhor desempenho no cumprimento de objetivos e missão, com foco na gestão de contratos e melhor aproveitamento de recursos.

A constituição do corpo gerencial da empresa encontra-se concluída, sendo composta por profissionais de reconhecida experiência e competência técnica no setor de petróleo.

O efetivo, no encerramento do segundo semestre de 2015, além dos quatro diretores, era composto por 30 colaboradores, em cargos de livre provimento outorgados à companhia, e que se somam às 150 posições de futuros empregados, perfazendo um total de 180 posições.

A seguir, a representação da estrutura organizacional da PPSA:



Gestão de Pessoas

Conforme o parágrafo único do artigo 38 do Estatuto Social da PPSA, aprovado pelo Decreto nº 8.063/2013, a companhia terá até 150 empregados efetivos, além

de 30 funções gratificadas de livre provimento, com regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010. A contratação de pessoal efetivo está condicionada à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Os benefícios assistenciais a que os empregados fazem jus estão limitados ao reembolso parcial de gastos com saúde de até R\$ 800,00 (participação paritária de 50% observado limite pré-estabelecido) e ao auxílio refeição de R\$ 500,00, mensalmente. Futuramente, os empregados poderão vir a participar de um plano de previdência fechada em regime de contribuição definida, cuja possibilidade é admitida no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2015, o efetivo de pessoal era composto exclusivamente pelas 30 funções gratificadas de livre provimento, ocupadas por profissionais com experiência comprovada na indústria do petróleo e formação educacional aprimorada, em nível de especialização (18 empregados), mestrado (10 empregados) e doutorado (seis empregados, dos quais cinco estão incluídos dentre aqueles com mestrado). Esses empregados têm como característica básica serem capazes de movimentar uma estrutura organizacional enxuta.

O Plano de Cargos e Salários encontra-se em fase final de elaboração e deverá vir a ser objeto de deliberação do Conselho de Administração da companhia no decurso do primeiro quadrimestre do ano, com encaminhamento subsequente à avaliação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP, visando a realização do primeiro processo seletivo público no primeiro semestre de 2017.

Ainda de acordo com o seu planejamento de recursos humanos, a PPSA espera contar com a contratação de 15 profissionais a título de mão de obra temporária, para alocação em serviços e atividades de caráter transitório, conforme faculdade prevista no Artigo 15 da Lei nº 12.304/2010. Proposta nesse sentido foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2015.

Governança Corporativa

Embora se trate de uma companhia nova, com menos de três anos de funcionamento, a administração da PPSA entende que a governança corporativa é

um valor que requer aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo.

A maximização de sua eficiência e criação de valor traduz-se em iniciativas como aquelas listadas em seguida:

- a. Adequado sistema de tomada de decisões e respectivo acompanhamento;
- b. Avaliação de desempenho da Direção, através de Termo de Gestão;
- c. Distinção dentre os ocupantes dos cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração;
- d. Calendário organizado de reuniões dos Conselhos em uma perspectiva anual;

A estrutura de governança corporativa da PPSA é formada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, coadjuvados pelas Auditorias Interna e Externa.

A Diretoria da PPSA, que se reúne semanalmente, é composta por quatro diretores nomeados pela Presidência da República com mandato de três anos renováveis, a partir de indicações do MME, conforme prescrito pelo Artigo 11 da Lei nº 12.304/2010. Os atuais diretores foram nomeados em seis de novembro de 2013 e empossados em 12 de novembro de 2013, quando da Assembleia de Constituição da companhia.

A PPSA possui Conselhos de Administração e Fiscal, integrados, respectivamente, por cinco e três membros, possuindo o Conselho Fiscal três conselheiros suplentes. Os membros do Conselho de Administração, a exemplo dos diretores, atuam de forma colegiada, não tem função executiva na companhia, com exceção do Diretor-Presidente e são nomeados pela Presidência da República. Os conselheiros fiscais são nomeados pela Assembleia de Acionistas. Ambos os Conselhos organizam reuniões mensais, minimamente.

A PPSA possui uma Auditoria Interna, com subordinação direta ao Conselho de Administração, cujo titular pertence aos quadros da Controladoria Geral da União – CGU, encontrando-se cedido a companhia para o exercício da função gerencial. Cabe à Auditoria Interna a elaboração dos Planos Anuais de Auditoria Interna e respectivo acompanhamento, a avaliação dos processos da organização, contribuindo para a mitigação dos riscos, a adequação e a eficiência dos controles

internos e conformidade com as políticas, normas, padrões, procedimentos e regulamentações internas e externas, quando emanadas dos órgãos de controle do Poder Público.

A PPSA tem suas Demonstrações Contábeis anuais submetidas ao exame de Auditoria Independente com vistas à emissão de parecer, prática que vem sendo adotada desde o início da companhia. O atual auditor é a STAFF Auditoria & Assessoria – EPP. A política da companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

A PPSA está sujeita à lei societária, atuando em conformidade no que diz respeito à edição de relatórios e aprovações de praxe nas Assembleias Gerais. O capital social da companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias.

Além da governança interna, a PPSA atua fortemente na governança do Consórcio de Libra, pela liderança que exerce no cumprimento do Contrato de Partilha da Produção, em nome da União.

Principais deliberações do Conselho de Administração

As reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal ocorreram regularmente no segundo semestre. Entre inúmeras deliberações do Conselho de Administração em 2015 podemos destacar:

- a. Relativamente à gestão da PPSA: aprovação do Termo de Gestão, que permitirá o acompanhamento, a partir de 2016, dos principais projetos vinculados às atividades da companhia; aprovação do Contrato de Remuneração; aprovação dos AIPS dos campos de Tartaruga Verde, Lula/Sul de Lula e Argonauta; aquisição de software de alta tecnologia para as atividades de exploração e produção,
- b. Relativamente aos orçamentos da PPSA: aprovação do PDG 2016; acompanhamento mensal do Plano de Atividades da PPSA, que expressa, em bases mensais, os usos e fontes de recursos,
- c. Relativamente aos aspectos societários: revisão do Estatuto Social da PPSA,
- d. Relativamente às questões relacionadas ao quadro de pessoal: contratação de mão de obra temporária; política de remuneração e benefícios de empregados.

A companhia prosseguiu na implantação dos controles internos e atendeu plenamente às demandas que lhe foram apresentadas pelos Órgãos Governamentais. Foram atendidos dois requerimentos de informação emanados da Câmara dos Deputados, por solicitação dos Deputados João Henrique Caldas – JHC, do PSB e Mendonça Filho, do DEM.

Contrato de Remuneração

Em 30 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Remuneração pela Gestão dos Contratos e Representação da União, entre a PPSA e o MME, como representante da União. Em 2015, a geração de receita deverá ser correspondente a R\$ 3,89 milhões a serem recebidos em 2016.

Participação externa

Os dirigentes do consórcio responsável pela execução do Projeto Libra, formado pela Petrobras como operadora, Shell, Total, as empresas chinesas CNOOC e CNODC e a PPSA, viajaram em missão à Ásia no período de 2 a 12 de novembro. Houve visitas aos estaleiros no Vietnã e Singapura, que estão construindo a unidade de produção tipo FPSO para realização do teste de longa duração, bem como reuniões e visita às instalações dos parceiros do projeto na China. A missão terminou em Beijing com a realização da 13ª reunião do Comitê Operacional de Libra, que é a instância administrativa e decisória do consórcio, sendo presidida por representante da PPSA.

A PPSA tem participado de eventos da indústria do petróleo e de outras partes interessadas, realizando palestras e marcando presença para mostrar o papel que desempenha para a sociedade e para o funcionamento do regime de partilha.

Entre os eventos que contaram com apresentações da PPSA pode-se citar:

- a. *Apresentação sobre a PPSA*, promovido pela ABESPETRO em 13 de julho,
- b. *V Seminário de Competitividade da Cadeia de Óleo e Gás* realizado pela FIRJAN RJ em 25 de agosto,
- c. *Perspectivas sobre o Futuro do Pré-Sal*, promovido pela AMCHAM RJ em 28 de agosto,

- d. *Rio Pipeline 10ª. Edição*, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP de 22 a 24/09,
- e. *OTC Brasil 2015*, realizado pelo IBP de 26 a 29/10,
- f. *Perspectivas sobre o Pré-Sal*, promovido pela FIRJAN RJ em 18 de novembro.

Salienta-se ainda a participação da PPSA em eventos de relevância para as atividades fim, entre as quais:

- a. *Platt's Oil Forum*, Rio de Janeiro, novembro/2015,
- b. *FPSO World Congress*, Singapura, novembro/2015,
- c. *Unit Agreements and Unit Operating Agreements - AIPN (Association of International Petroleum Negotiators)*, Houston, novembro/2015.

Finalmente, técnicos da PPSA realizaram visitas a centros de pesquisas, universidades, empresas e unidades de produção; com destaque para a visita técnica do Coordenador de Sistemas Flutuantes da PPSA, em setembro, ao canteiro de fabricação do FPSO para o TLD de Libra em Singapura, para avaliar a evolução da obra.

Informações Econômico-Financeiras

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício social de 2015 deverão ser levados à Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 26 de abril de 2016.

Em 2015, a PPSA apurou um lucro líquido em suas operações de R\$ 11 milhões, que corresponde a uma margem de 24% da receita operacional líquida. A margem EBITDA é de 32%.

Os lucros auferidos se destinaram integralmente à compensação dos prejuízos acumulados no biênio 2013/2014.

É importante salientar que, a exemplo de qualquer companhia em fase de implantação, a geração de um prejuízo inicial de R\$ 20 milhões no biênio 2013/2014, pode ser considerada perfeitamente compatível com a partida dos negócios financiada exclusivamente com aportes do Acionista, que não se constituem em receitas e, portanto, não contribuem para a formação de lucro no exercício, exatamente o que se passou em 2013/2014.

Dos R\$ 50 milhões previstos para subscrição e integralização de capital pelo Acionista, R\$ 17 milhões foram recebidos no biênio 2013/2014, e mais R\$ 18 milhões foram recebidos durante 2015. Até dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado era, portanto, de R\$35 milhões, restando R\$15 milhões a integralizar.

Por conseguinte, a estrutura de capitalização da PPSA contou com recursos da ordem de R\$ 85 milhões, dos quais R\$ 35 milhões de aportes de capital e R\$ 50 milhões de receitas operacionais auferidas em 2015, relacionadas ao recebimento do Bônus do Prospecto de Libra. As receitas financeiras de aplicações representaram R\$ 2 milhões.

Os gastos operacionais somaram R\$ 31 milhões, com destaque para os gastos com pessoal, de R\$ 22 milhões, que representaram 71% do total.

Em termos orçamentários o Programa de Dispêndios Globais – PDG de 2015 foi aprovado conforme Decreto nº 8.883, de 29 de dezembro de 2014. O PDG 2015 contemplou receitas e dispêndios no montante de R\$ 119 milhões.

A realização orçamentária do ano, incluídos os dispêndios de capital, foi de R\$46 milhões, correspondendo a 39% do orçamento aprovado, em virtude da necessidade de a companhia otimizar os recursos existentes, em função da assinatura do contrato de remuneração ter ocorrido em 30 de novembro de 2015.

A PPSA opera exclusivamente com o Banco do Brasil e aplica os saldos no fundo BB Extramercado FAE de Investimento de Renda Fixa, lastreado em títulos do Tesouro Nacional, cuja rentabilidade média, no ano de 2015, foi de 1% ou 96% do CDI (custo do dinheiro no mercado interbancário).

